
Religiões, midiatização e política: o caso dos evangélicos brasileiros¹

Magali do Nascimento Cunha²
INTERCOM, SP

RESUMO

Este trabalho dedica atenção a um fenômeno em particular: a emergência do ativismo político entre o segmento cristão evangélico no Brasil no contexto do fenômeno da ampliação da ocupação de espaço por evangélicos na política nacional. A ênfase é o lugar das mídias neste processo, por isso, tem-se como objetivo demonstrar como a midiatização da fé evangélica no Brasil potencializa este fenômeno e torna possível a emergência do ativismo político digital do segmento. A base teórica que alimenta o estudo é interdisciplinar assentada nas abordagens sobre midiatização social, sobre o lugar dos evangélicos na política no Brasil e em pesquisas prévias da autora que relacionam mídia, religião e política. Conclusivamente, verifica-se que o ativismo político digital evangélico resulta dos processos de midiatização que os cristãos evangélicos experimentam no Brasil, especialmente nas últimas três décadas.

PALAVRAS-CHAVE: midiatização; religião; política; evangélicos; ativismo digital.

INTRODUÇÃO

A visibilidade das religiões no espaço público na contemporaneidade são uma realidade inegável. Este realce social ocorre no âmbito do cotidiano (cultivo da religiosidade e sua pluralidade de práticas), no plano do acesso às mídias e da interação midiática (aquisição de espaços nas mídias tradicionais e digitais, produção e consumo de conteúdos, constituição de suas próprias celebridades, midiatização da linguagem e das práticas religiosas), como objeto da indústria cultural (temas de publicações, filmes, telenovelas), como segmento do mercado (consumo de bens, serviços e entretenimento), na esfera da representação e da participação política institucionalizada ou não (busca de religiosos e de instituições religiosas pela ocupação de cargos públicos, ativismo político e ações de grupos extremistas, com destaque para o Islã), nos debates relacionados aos direitos civis (corpo, gênero, sexualidade, reprodução, biopolítica, liberdade de crença).

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Religião, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Ciências da Comunicação. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Comunicação e Religião da INTERCOM, e-mail: magali.ncunha@gmail.com

As abordagens das ciências humanas e sociais sobre o declínio das religiões por conta dos processos de secularização e modernização, introduzidos a partir do século XVIII, passaram, então, a demandar revisões (BERGER, 2001). As religiões, que na modernidade iluminista e humanista deixavam de ser reguladoras da vida coletiva, sendo relegadas ao domínio do privado, do indivíduo, da subjetividade, se mostram na contemporaneidade desprivatizadas, reivindicando ocupação do espaço público em suas diferentes dimensões.

Esse contexto desprivatizante, de publicização das religiões, dá mais visibilidade à pluralidade religiosa e às religiões como componentes que constituem identidades múltiplas e plurais que marcam as sociedades contemporâneas. Por isso, ele torna possível tanto a emergência de novas formas de comunicação e diálogo quanto as reações com manifestações de violência e de intolerância.

Este estudo se dedica ao fenômeno da ampliação da ocupação de espaço pelos evangélicos na política nacional, com ênfase no lugar das mídias neste processo. É destinada atenção a um fenômeno em particular: a emergência do ativismo político evangélico. O objetivo é demonstrar como a midiatização das religiões, especificamente o processo que envolve a fé evangélica no Brasil, é potencializadora deste fenômeno, provocando o surgimento do ativismo político digital evangélico.

O estudo é desenvolvido em perspectiva interdisciplinar com base em abordagens teóricas da comunicação (estudos sobre midiatização social) e das ciências da religião (evangélicos na política no Brasil) e em trabalhos prévios da autora que relacionam mídia, religião e política.

Importa registrar que neste trabalho o olhar é voltado para a relação entre evangélicos, política e mídias interpretando-a como um fenômeno cultural. Joanildo Burity (2016) chama a atenção para isto, quando reconhece que como a cultura é mais do que o modo de vida de um grupo, sendo campo de disputas pelo horizonte de uma ordem alternativa, a religião não veio apenas ocupar um lugar no espaço público mas construir o que denomina religião pública. Nesta compreensão, não apenas a religião se projeta para além da fronteira do privado, por meio da vivência pessoal e coletiva, das práticas religiosas

informais e institucionalizadas, mas se torna uma ação coletiva, no espaço público, como cultura e como discurso sobre valores. Daí ter se tornado uma religião pública.

No Brasil da segunda década dos anos 2000, os evangélicos se apresentam desprivatizados, tendo saído da condição de minoria invisível para uma visibilidade publicizada por meio de estreita relação com as mídias e de participação política com a realização de projetos sociais em parceria com o poder público, com voz nos debates de temas amplos e na mediação de conflitos sociais, com profissionalização da atuação política e estabelecimento de estratégias. Esta nova postura e imagem se localiza no contexto da cultura gospel (Cunha, 2007), com a recriação da identidade religiosa evangélica e o alargamento das fronteiras delineadas no passado entre sagrado e profano baseadas numa relação em torno da tríade música-consumo-entretenimento. E a participação política em interação no espaço público é elemento fundamental neste processo.

O conceito de espaço público neste estudo está relacionado ao de pólis, tal como recuperado da filosofia grega e ressignificado por Hannah Arendt. É uma compreensão que transcende a noção geográfica e territorial relacionada ao espaço público da cidade, do Estado e da Nação, e também à visão que a vincula ao Estado moderno, à cidadania, à democracia, à mobilização, ao engajamento e à participação na política, ao discurso e à opinião pública (HABERMAS, 1984). Arendt refere-se à pólis como um lugar de aparição e de interação, “não importa onde [as pessoas] estejam”:

A rigor, a polis não é a cidade-estado em sua localização física; é a organização da comunidade que resulta do agir e falar em conjunto, e o seu verdadeiro espaço situa-se entre as pessoas que vivem juntas com tal propósito, não importa onde estejam. ‘Onde quer que vás, serás uma polis’: estas famosas palavras não só vieram a ser a senha da colonização grega, mas exprimiam a convicção de que a ação e o discurso criam entre as partes um espaço capaz de situar-se adequadamente em qualquer tempo e lugar. Trata-se do espaço da aparência, no mais amplo sentido da palavra, ou seja, o espaço no qual eu apareço aos outros e os outros a mim; onde os homens assumem uma aparência explícita, ao invés de se contentar em existir meramente como coisas vivas ou inanimadas. (ARENDR, 2009, p. 211).

É aqui que o lugar das mídias e do processo da sociedade em midiaticização se destaca. Reconhecemos que não é possível compreender a desprivatização dos evangélicos brasileiros e a construção da religião pública por este segmento cristão, sem se considerar

a dinâmica acelerada e diversa de formas de interação dos diferentes grupos evangélicos entre si e com outros (religiosos e não-religiosos) por meio das diferentes mídias. Parafraçando José Luiz Braga (2012, p. 37), assim vemos os processos de interacionalidade midiaticamente estimulando os modos pelos quais os evangélicos se comunicam e, em consequência, tentativamente se organizam no espaço público, em um movimento que os tira da reclusão dos templos à visibilidade da pólis midiaticamente.

EVANGÉLICOS NA PÓLIS CONTEMPORÂNEA

Além de ser importante se considerar o poder do Catolicismo e o lugar das teologias contextuais, é preciso reconhecer que há um lugar consolidado das religiões no espaço público, que delinea formas de relação entre religião e política no País, que inclui participação político-partidária mas vai muito além dela. Podemos identificar programas sociais de grupos religiosos em parceria com o poder público, participação de grupos religiosos em conselhos cidadãos, atuações de grupos religiosos em redes e articulações da sociedade civil; participação das religiões na economia não só com o comércio interno de produtos das religiões mas com o crescimento das ofertas de entretenimento religioso (turismo e lazer em torno da religião); intensa presença nas mídias.

Joanildo Burity lê este momento da relação religião-política como uma redefinição do conceito e da abrangência da democracia:

O incômodo e a incerteza causados por essa “reparição” da religião foi, aos poucos, sendo articulado à redefinição do conceito e abrangência da democracia, como forma política da inclusão social e da justiça, por meio da cidadania e do reconhecimento. De um lado, parte das políticas multiculturais dirigiu-se à incorporação da identidade religiosa ao rol das formas legítimas de afirmação da diferença cultural. De outro lado, um crescente número de ativistas religiosos foi acertando contas com o discurso democrático, e construindo seus espaços de visibilidade no interior das lutas democratizantes (BURITY, 2016, p. 27-28).

Portanto, nas demandas contemporâneas em torno de políticas culturais, das identidades coletivas, de ações afirmativas, do pluralismo, do consumo, dos movimentos sociais, de redes de articulação social, da política partidária, há uma intensa presença das religiões que deve ser reconhecida, seja ela avaliada de forma positiva, crítica ou relativizada.

Além deste “retorno” das religiões ao espaço público, elas são também lugares de afirmação de identidades e de práticas cotidianas que estruturam a vida, produzindo comunidade, integrando socialmente, inculcando valores. É neste sentido que as religiões se inscrevem culturalmente no espaço público e (re)legitimam sua função pública (BURITY, 2016). Com isso, a vivência pessoal e coletiva, informal e institucionalizada das práticas religiosas fica mais retida na fronteira do privado, mas também se projeta pelo espaço público como ação coletiva, como cultura e como discurso sobre valores, configurando-se uma religião pública.

Religião pública significa levar a religião para além de suas fronteiras institucionais e simbólicas, permitindo que o outro-religioso e o não-religioso interajam na vivência religiosa. O religioso vai ao secular e o secular vai ao religioso, em um intercâmbio que, por vezes, leva a confrontos, por vezes leva à formação de alianças antes impensáveis. Eis uma importante característica da religião pública: ser constituída de fronteiras permeáveis, transpassáveis, fluídas.

É nesse sentido que podemos afirmar que a configuração da religião pública entre os evangélicos brasileiros dá-se no contexto da dinâmica da sociedade em midiatização. Recorremos a Roger Silverstone na compreensão de que a midiatização é “um processo fundamentalmente dialético, ainda que não sempre igual, mediante o qual os meios de comunicação institucionalizados formam parte da circulação geral de símbolos dentro da vida social” (2006, p. 168-169, tradução livre). Identificamos, portanto, que novos fluxos comunicacionais – a circulação de sentidos e valores pelas fronteiras religiosas porosas – passam a dar novo significado às experiências e práticas e às doutrinas enraizadas nas tradições religiosas evangélicas brasileiras, conforme trataremos a seguir.

POTENCIALIZAÇÃO DA VISIBILIDADE EVANGÉLICA

Independente das peculiaridades dos distintos grupos que formam o segmento evangélico, os evangélicos brasileiros foram classicamente identificados, nos estudos de religião, por (Cunha, 2007): (1) uma predominante leitura fundamentalista (literalista) do texto sagrado cristão, a Bíblia; (2) ênfase na piedade pessoal na busca da salvação da alma (influência do puritanismo e do pietismo dos pioneiros missionários que vieram do sul dos EUA do século XIX ao Brasil); (3) frequentes posturas de rejeição das manifestações

culturais não cristãs do país (fruto da mesma ação de missionários); (4) um isolamento das demandas sociais (resultante da espiritualização das questões da existência individual e social), entre elas a participação política.

Transformações na cultura evangélica, na passagem do século XX para o XXI, provocaram alterações deste quadro. Uma delas é identificada no apagamento da máxima "crente não é deste mundo, por isso não se mete em política". Esta mudança ocorre especialmente a partir do Congresso Constituinte de 1986, quando foi formada a primeira bancada evangélica. A partir dali, pode-se dizer que a postura de isolamento deste segmento com relação à participação política – até então interpretada como algo “do mundo”, identificado a paixões terrenas – passou a conviver com outros ideais, referentes à participação e visibilidade na vida pública, que podem ser resumidos na formulação “irmão vota em irmão”.

Depois de altos e baixos numéricos, decorrentes de casos de corrupção e fisiologismo, a bancada evangélica se consolidou como força, o que resultou na criação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) em 2003. Até 2010, esses parlamentares não eram identificados como conservadores do ponto de vista sociopolítico e econômico. Suas vitórias consistiam em barrar o avanço de projetos considerados ofensivos à moralidade sexual religiosa: descriminalização do aborto e casamento gay, especialmente. Seus projetos raramente interferiam na ordem social: se revertiam em “praças da Bíblia”, criação de feriados para concorrer com os católicos, benefícios para templos. O perfil dos partidos aos quais a maioria desses políticos estava afiliada refletia isto, bem como recorrentes casos de fisiologismo.

Em pesquisas sobre dinâmicas sociopolíticas e culturais enfatizadas nas narrativas de grandes mídias noticiosas e mídias religiosas sobre a participação de evangélicos no processo eleitoral, podemos identificar uma potencialização da força do segmento no espaço público. Identificamos, no noticiário, os seguintes elementos que contribuíram para isto:

(1) uma nova aproximação dos políticos evangélicos com o governo federal. Ela foi forte durante o Congresso Constituinte, enfraquecida nos anos 1990 (apesar do apoio eleitoral dado por lideranças religiosas a Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso), e

renovada com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva à presidência, em 2002. Esta situação foi facilitada pelas alianças do PT com diversos partidos, nos quais deputados evangélicos estavam alocados, e à estratégia de campanha de aproximação com lideranças evangélicas das igrejas e da política partidária a fim de se superar a demonização da figura de Lula como comunista, opositor das igrejas, com a abertura do governo a várias iniciativas e a diversas lideranças evangélicas.

(2) Duas igrejas evangélicas tornam visíveis seus projetos de ocupação da política institucional do país: as Assembleias de Deus (AD) e a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Ambas passaram a ocupar, depois de 2003, espaços plenos de poder em partidos (respectivamente o Partido Social Cristão/PSC e o Partido Republicano Brasileiro/PRB) e em cargos públicos, como as nomeações dos Ministros de Estado de Dilma Rousseff³. A Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil tem trabalhado para o registro do seu próprio partido, o Partido Republicano Cristão (PRC). Nos últimos dois pleitos eleitorais, as ADs foram capazes de lançar dois candidatos à Presidência da República, Marina Silva (2010 e 2014) e o Pastor Everaldo (2014), e a IURD conseguiu eleger o bispo e senador Marcelo Crivella como Prefeito do Rio de Janeiro, o que dá o tom da força política alcançada por estas duas denominações evangélicas.

(3) A partir de 2010 as grandes mídias passaram a enfatizar o tema dos direitos LGBTI na campanha eleitoral e nos projetos debatidos no Congresso Nacional (Plano Nacional de Direitos Humanos-3). Junto com este tema, veio também a pauta legalização do aborto, com pressão sobre a então candidata à Presidência da República pelo PT Dilma Rousseff. Houve muita mobilização de grupos evangélicos contra Dilma Rousseff, cuja campanha era defensora destes temas. Em 2013, o Caso Deputado Marco Feliciano (PSC/SP) retomou com força estas temáticas, com amplo espaço nas mídias⁴. Este processo culminou no revigoramento das bandeiras políticas da Bancada Evangélica e de lideranças evangélicas, com projetos de visibilidade pública em torno da garantia da moralidade sexual no plano da legislação, sob o rótulo “Defesa da Família Tradicional” contra movimentos feministas e LGBTI. Na esteira desta tendência, houve o

³ Marcelo Crivella (PRB, Pesca, IURD), George Hilton (PRB, Esportes, IURD), e de Michel Temer, Marcos Pereira (PRB, Indústria, Comércio Exterior e Serviços, IURD), Ronaldo Nogueira (PTB, Trabalho, AD).

⁴ Foi a inusitada nomeação do deputado como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara e de escândalos que estiveram a ela relacionados.

fortalecimento do Partido Social Cristão (PSC) nas eleições de 2014, favorecendo o lançamento de candidato próprio à Presidência da República, o Pastor Everaldo, e projetando a candidatura do deputado federal Jair Bolsonaro (ex-PSC, depois PSL) à Presidência da República em 2018;

(4) A eleição do deputado federal evangélico Eduardo Cunha (PMDB/RJ) como presidente da Câmara dos Deputados, em 2015, ano de sua transferência da Igreja Sara a Nossa Terra para a Assembleia de Deus, contribuiu para uma reconfiguração da presença dos evangélicos na política nacional e para o fortalecimento de pautas conservadoras no congresso. Eduardo Cunha atuou intensamente na articulação do impeachment da Presidente Dilma Rousseff, em 2015 e 2016. Sua queda foi postergada mas não evitada, tendo sido cassado e preso, em 2016, com acusações de corrupção, pela Operação Lava Jato da Polícia Federal (PF). Entretanto, continua a exercer seu poder;

(5) Uma série de pautas garantidoras da moralidade religiosa puritana, sob o rótulo de “defesa da família”, ganhou espaço na Câmara dos Deputados a partir de 2015, em especial sob a liderança de Eduardo Cunha, na forma de projetos de lei e projetos de emendas constitucionais e mais espaço foi dado para pautas relativas a privilégios à atuação pública das igrejas;

(6) Posicionamentos de parlamentares evangélicos ganham espaço para além das pautas religiosas, por meio de alianças com parlamentares e frentes conservadoras, para a revisão de temas sociais como a redução da maioria penal e fim do Estatuto do Desarmamento. A articulação da bancada denominada BBB (Bala/Segurança, Boi/Ruralista e Bíblia/Evangélica) torna este processo visível assim como o apoio de evangélicos à candidatura do deputado Jair Bolsonaro, à Presidência da República em 2018;

(7) A Operação Lava Jato, da Polícia Federal com a Força Tarefa do Ministério Público Federal (MPF), que investiga crimes de corrupção na Petrobrás, ganha caráter messiânico com a liderança do procurador evangélico Deltan Dallagnol;

(8) As mídias noticiosas consolidam a figura do pastor da Assembleia de Deus Vitória em Cristo Silas Malafaia como porta-voz dos evangélicos. Ele foi credenciado nos espaços midiáticos como “a” voz apta a emitir opiniões e avaliações sobre relação

evangélicos-política. Ele tornou-se porta-voz do discurso conservador de defesa da “família tradicional”, de reação contrária a avanços sociais, em especial no tocante aos direitos das mulheres e aos direitos sexuais. É possível afirmar que o discurso conservador de Malafaia alcança amplo espaço nas grandes mídias, pois responde a expectativas com a religião (imaginário e ideologia) da parte dos produtores do noticiário. A acreditação de Silas Malafaia como grande líder evangélico, atuando como porta-voz do grupo, foi também consolidada em mídias religiosas de grande alcance;

(9) As mídias religiosas passam a dar visibilidade e a alimentar as ênfases temáticas e as dinâmicas em torno de pautas da moralidade sexual, veiculadas nas grandes mídias, em especial em torno da “guerra” entre políticos evangélicos e militantes de movimentos feministas e LGBTI. Com isso, essas mídias proporcionaram a recriação do “imaginário do inimigo” entre os evangélicos com abordagens como “salvar a família” dos militantes LGBTI, das feministas e da esquerda, cujo projeto maior é implantar o comunismo no país. Estes temas passaram a aparecer em conteúdo de campanha de candidatos a cargos públicos e estão presentes em discursos de lideranças das igrejas. Neste contexto, as mídias religiosas contribuíram na recriação do imaginário da perseguição dos evangélicos em terras brasileiras, presente desde a implantação do protestantismo no século XIX, e do estímulo a uma “guerra espiritual” como resposta.

Estes elementos compõem o quadro que hoje coloca os evangélicos como grupo religioso protagonista no processo político em curso no Brasil, o que resulta na intensa visibilidade da Bancada Evangélica no Congresso Nacional, e também o surgimento de lideranças religiosas ativistas políticas não institucionais, com forte presença nas redes sociais digitais.

EVANGÉLICOS NA POLÍTICA E A RELAÇÃO COM AS MÍDIAS

Esta pauta acima descrita passa pela compreensão dos processos comunicacionais que envolvem a ampla ocupação dos espaços das mídias tradicionais por evangélicos, nos últimos 30 anos, por meio de concessões públicas, fenômeno denominado “coronelismo eletrônico evangélico” (FIGUEIREDO FILHO, 2010). Passa também pelo entendimento dos significados em torno da popularização da presença dos evangélicos nas grandes mídias em espaços noticiosos e de entretenimento, como parte do fenômeno “cultura

gospel” (CUNHA, 2007). Inclui ainda a avaliação da relação do (novo) ativismo político evangélico com a forte presença de indivíduos, instituições e vinculados a este segmento religioso nas mídias digitais com inúmeros sites, blogs e perfis em mídias sociais.

É fato que a dimensão da participação e da transformação dos receptores em emissores, por meio de processos de interação possibilitados pelas novas mídias, especialmente, pela internet, mudou o quadro da relação igrejas-mídias, de forma expressiva. Quando se dedica reflexão sobre as mídias sociais, uma infinidade de articulações e espaços é nítida. Igrejas e grupos cristãos passam de usuários das mídias, com o objetivo de apresentar o Evangelho e lhe dar visibilidade, a participantes de um espaço para além das fronteiras do sagrado e do profano – a pólis midiática, espaço de aparição midiaticizado (SILVERSTONE, 2010), uma realidade que não substitui as experiências vividas mas as atravessa e as representa, espaço no qual indivíduos e grupos aparecem aos outros e os outros eles. Nesse sentido igrejas e grupos cristãos podem firmar comunidade, articular, promover socialidade, expor posições diante de demandas sociais e discuti-las.

Por outro lado, as igrejas passam a não têm mais o controle do sagrado e da doutrina como tinham antes (HOOVER, 2014). As mídias digitais tornam possível que qualquer pessoa que manifeste uma fé, tenha ela vínculo formal com uma instituição cristã ou não, expresse suas ideias, reflexões e opiniões de forma livre. Nesse sentido, tirou o controle dos conteúdos da fé (doutrinas, símbolos, rituais, dogmas) das mãos das lideranças. Uma pessoa que tenha um simples espaço digital, seja um blog ou uma conta em mídias sociais, o que envolve baixíssimo custo acesso e de produção, tem abertura ampla para a livre manifestação, o que nem sempre foi possível nos espaços presenciais religiosos. Este processo de presença da religião no universo digital faz surgir novas autoridades religiosas: as celebridades evangélicas (pastores midiáticos e cantores gospel) e os blogueiros e *youtubers* gospel. Essas novas autoridades tornam-se referência para muitos evangélicos, quanto ao que pensar e como agir.

Não deixando de se tomar em conta os argumentos positivos e negativos referentes ao lugar da internet na promoção da participação política em sociedades democráticas (GOMES, 2005), é preciso reconhecer que a ocupação deste espaço possibilitou algum avanço na limitada visibilidade política destes grupos evangélicos minoritários, com

efeitos nas mídias tradicionais, o que instiga à análise. É uma “arena de visibilidade” que forma a “esfera de visibilidade pública” (GOMES, 2014) dos evangélicos no Brasil.

Nesse sentido, os evangélicos se colocam na arena como um bloco organicamente articulado. Não são mais “os crentes” ou os grupos fechados de outrora. A separação social, “do mundo”, deixa de ser um valor evangélico da tradição fundamentalista-puritana: são hoje um grupo que desenvolve a cultura “da vida normal” combinada com a religião com presença nas mídias, moda própria, artistas e celebridades, inserção no mundo do mercado e do entretenimento. Além disso, este segmento religioso se vê fortalecido como parcela social que tem suas próprias reivindicações e pode eleger seus próprios representantes para os espaços de poder público.

A estas situações, paradigmáticas para a relação evangélicos-política, soma-se um elemento novo e expressivo: o ativismo político evangélico, que deixa de ser restrito a épocas de eleições, com a atividade de cabos eleitorais dos candidatos em suas respectivas igrejas. Este ativismo ganha corpo a partir de 2010, com o envolvimento de lideranças religiosas e fiéis, tanto em períodos eleitorais, predominantemente (e curiosamente) em campanhas de oposição (para que não se vote em candidatos, fundamentalmente da esquerda), quanto em torno de temas, como o apoio ao Pastor Marco Feliciano, em 2013, quando presidente da CDHM, o projeto de redução da maioria penal, em 2015, ou o impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016 (CUNHA, 2017a).

Este ativismo tem-se dado presencialmente nas ruas (na anual Marcha para Jesus e em manifestações especificamente convocadas por lideranças evangélicas, como a Marcha pela Família, em Brasília, 2013) ou em atos públicos em locais estratégicos (como os atos da Frente Evangélica pelo Estado de Direito, contra o impeachment de Dilma Rousseff), e, principalmente, a distância, por meio de manifestações múltiplas na internet, em especial em mídias digitais, por meio de websites, blogs, e mídias sociais, especialmente o Twitter e o Facebook.

Este processo de dilatação do ativismo político evangélico coincide com o período fortalecimento da Bancada Evangélica entre 2002 a 2004, e com a intensa campanha de grupos conservadores, em 2010, contra a eleição de Dilma Rousseff à Presidência da República. De forma surpreendente, a partir daí, e mais ainda depois de 2014, evangélicos

de diferentes denominações, identificados com o discurso assumido por lideranças da Bancada Evangélica e por celebridades do cenário religioso, passam a se identificar publicamente como “conservadores” e “de direita” (CUNHA, 2017a). Os protestos de junho de 2013 e os movimentos conservadores dele derivados, a eleição do Congresso Nacional mais conservador desde 1964 no pleito de 2014 (DIAP, 2014) e a posse de Eduardo Cunha como Presidente da Câmara Federal, forneceram o ambiente propício para que os grupos identificados com o conservadorismo religioso, teológico e político, se revitalizassem e passassem a se expor mais publicamente.

É possível identificar que é no espaço da pólis midiática que a vida política se tem desenvolvido com mais intensidade e paixão, com construção e re-construção das visões de mundo (imaginários) com discursos tornados públicos e chamamento a ações coletivas.

Aqui temos o que Fausto Neto (2010) denomina “jogos complexos de oferta e reconhecimento”. Por meio deles se legitima valores morais e se deslegitimam outros. No mundo da religião isto é muito intenso, basta observar oferta do discurso religioso de “salvação da família que está em risco”, com as propostas e campanhas por direitos sexuais por parte de mulheres e de LGBTIs (CUNHA, 2017a) . Esta oferta promoveu identificação e reconhecimento de evangélicos e católicos romanos conservadores a ponto, por exemplo, de consolidar o termo “ideologia de gênero” como delimitador de uma nova fronteira identitária (Cunha, 2017b).

Nesse sentido, as lógicas de fidelização e “contratos de leitura” (FAUSTO NETO, 2010) são postas em xeque. Evangélicos que, historicamente, condenam católicos como idólatras e pagãos, rompem esta fronteira pelas mídias e quebram a lógica clássica da hostilidade e do anti-ecumenismo, por meio da associação de combate a um inimigo comum.

Pesquisa publicada sobre a relação mídia, religião e política indicou um predomínio da corrente conservadora evangélica no Brasil nos espaços midiáticos religiosos tradicionais e digitais (CUNHA, 2017a). É o reflexo do predomínio que alcançam no espaço político partidário. Nesse contexto, a ação midiática promove a invisibilidade de outros grupos religiosos e de evangélicos mesmos, de vertente progressista.

Os grupos evangélicos em maior evidência nas mídias tradicionais no Brasil são pentecostais na totalidade e dispõem de recursos financeiros, alcançados pelas práticas religiosas baseadas na Teologia da Prosperidade, aquela que reafirma as lógicas do mercado (bênção de Deus manifesta-se em elementos materiais – saúde, felicidade na família e bens). Isto tornou possível a profissionalização de sua presença nas mídias e o estabelecimento de um padrão de visibilidade midiática. Nesse rastro, criou-se uma cultura midiática evangélica que possibilitou que estes grupos e os indivíduos e segmentos evangélicos que neles se inspiram se pusessem inteiramente à vontade no mundo das mídias digitais. Como exemplo temos a figura do Pastor Silas Malafaia, que por conta desta visibilidade foi alçado à condição de porta-voz dos evangélicos também pelas mídias tradicionais não-religiosas.

Portanto, os ativistas evangélicos conservadores têm noção do lugar das mídias na conquista de espaço e de visibilidade no espaço público e dominam as técnicas e métodos de alcance das mídias sociais. Estes grupos também têm discursos com teologia e linguagem que respondem ao imaginário fortemente fundamentalista dos evangélicos brasileiros. Recorrem à Bíblia como regra literal de fé e como respaldo às ideias que propagam.

O espaço privilegiado a grupos evangélicos conservadores na programação das grandes mídias tradicionais, pode ser compreendido pelo fato de estas serem historicamente alinhadas a valores e políticas conservadoras, dado o perfil dos seus proprietários.

O ativismo progressista evangélico não tem o mesmo nível de alcance dos conservadores: não há celebridades midiáticas neste grupo; sua teologia e linguagem são conflitantes com o imaginário religioso conservador que caracteriza os evangélicos brasileiros; não têm a simpatia das grandes mídias. Como minoria, os evangélicos progressistas ocupam as mídias digitais e têm este espaço midiático como sua maior possibilidade de expressão no presente. As mídias digitais são o seu ambiente de ação contra-hegemônica tanto na esfera política como também no cenário evangélico brasileiro, e têm possibilidade de alcance e visibilidade nunca antes alcançada. Como exemplo, o pastor da Igreja Batista do Caminho Henrique Vieira, liderança do PSOL no Rio de Janeiro, por conta de sua presença em mídias digitais e eventos públicos, tem ocupado espaço em mídias

alternativas noticiosas como também em grandes mídias tradicionais⁵. Da mesma forma, a Frente Evangélica pelo Estado de Direito, fundada em 2014, e a visibilidade alcançada por sua liderança maior, o pastor de origem batista Ariovaldo Ramos, que tem conquistado a atenção e espaço em mídias digitais alternativas, como o blog *Nocaute* e o coletivo *Mídia Ninja*.

A TÍTULO DE CONCLUSÃO

A forma como evangélicos brasileiros se inscrevem culturalmente na pólis trazem o componente novo do ativismo digital evangélico, como um grupo religioso desprivatizado, construtor de uma religião pública. Este ativismo torna-se elemento destacado no processo de participação política deste grupo religioso.

O ativismo político digital evangélico emerge dos processos de midiatização vividos pelo segmento evangélico no Brasil, diga-se, dos circuitos criados e recriados pela intermediação das mídias que viabilizam interação entre evangélicos e de evangélicos com outros grupos religiosos e não religiosos, interessados em discutir temas, realizar campanhas e estabelecer ações em torno das pautas políticas do país.

Do ponto de vista da participação política, a presença dos evangélicos na pólis midiática, ao mesmo tempo em que potencializa a visibilidade deste segmento religioso, amplifica o sentimento de existência e pertença, ressignifica identidades e identificações político-ideológicas e redesenha as fronteiras institucionais e simbólicas.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

BERGER, Peter. A dessecularização do mundo: uma visão global. **Religião e Sociedade**, vol. 21, nº 1, p. 9-23, 2001.

BRAGA, José Luiz. “Circuitos versus campos sociais”. In: MATTOS, M.A., JANOTTI JUNIOR, J., JACKS, N. (Orgs). **Mediação & midiatização**. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 29-52

⁵ O Pastor Henrique Vieira atuou como comentarista em programas da Rede Globo nos anos de 2017 e 2018: Programa Encontro, ancorado pela apresentadora Fátima Bernardes (três edições), e Programa Amor e Sexo, ancorado pela apresentadora Fernanda Lima (uma edição).

BURITY, Joanildo. “Religião, cultura e espaço público: onde estamos na presente conjuntura?”. In: MEZZOMO, Frank Antonio, PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira, HAHN, Fábio André (Orgs.). **Religião, Cultura e Espaço Público**. São Paulo/Campo Mourão: Olho D’Água/Fecilcam, 2016. p. 13-50.

CUNHA, Magali do Nascimento. **Do púlpito às mídias sociais. Evangélicos na política e ativismo digital**. Curitiba: Prismas, 2017a.

_____. Construções imaginárias sobre a categoria “gênero” no contexto do conservadorismo político-religioso no Brasil dos anos 2010. **Perspectiva Teológica**, v. 49, n. 2, p. 253-276, Mai.-Ago. 2017b

_____. **A Explosão Gospel**. Um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico contemporâneo. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR (DIAP). **Radiografia do Novo Congresso**: Legislatura 2015-2019. Brasília: DIAP, 2014 (Estudos Políticos do DIAP).

FAUSTO NETO, Antônio. “A circulação além das bordas”. In: FAUSTO NETO, Antonio; VALDETTARO, Sandra (Orgs.) **Mediatización, Sociedad y Sentido**: diálogos entre Brasil y Argentina. Rosario: Departamento de Ciencias de la Comunicación, Universidad Nacional de Rosario, 2010. p. 2-15. Disponível em: <<http://www.fcpolit.unr.edu.ar/wpcontent/uploads/Mediatizaci%C3%B3n-sociedad-y-sentido.pdf>>.

FIGUEIREDO FILHO, V. **Coronelismo eletrônico evangélico**. Rio de Janeiro: Publ!T Soluções Editoriais, 2010.

GOMES, Wilson. “Dinâmicas e estruturas da esfera pública contemporânea – a esfera pública além da deliberação pública”. In: SOUSA, Mauro Wilton, CORRÊA, Elizabeth Saad (Orgs.). **Mutações no espaço público contemporâneo**. São Paulo: Paulus, 2014. p. 177-214.

_____. Internet e participação política em sociedades democráticas. **Famecos**, n. 27, p. 51-78, ago 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/3323/2581>>.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário, 1984.

HOOVER, Stewart. Mídia e religião: premissas e implicações para os campos acadêmico e midiático. **Comunicação & Sociedade**, vol. 35, n. 2, p. 41-68, 2014. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/viewArticle/4906>. Acesso: 20 jun 2016.

SILVERSTONE, Roger. **La moral de los medios de comunicación**: Sobre el nacimiento de la polis de los medios. Madri: Amorrortu Editores, 2010.